***G**OVERNO DO **E**STADO DA **B**AHIA*
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA-CBMBA

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Versão 1 Híbrido - Jan/2025
Minuta de Termo de Referência.

(x) CONTRATAÇÃO DELEGADA
( ) SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

( ) LICITAÇÃO
(x) CONTRATAÇÃO DIRETA

(Processo Administrativo nº 089.7539.2026.0044660-98)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 **Objeto: aquisição de material de construção para atender às demandas de readequeção e melhorias das dependências do 17º BBM.**

1.1.1 As especificações do objeto obedecerão as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, observado o disposto na tabela abaixo.

Participação [ampla/exclusiva]	Lote/ Item	Código SIMPAS	Descrição Básica	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	Cronograma/Prazo
	1	56.40.00.00191122-8	PLACA, de gesso 60x60	m²	200	30 dias
	2	56.40.00.00182143-1	PLACA de drywall standart 1,20x1,80 m 12,5 mm, branca ou cinza.	m²	40	30 dias
	3	56.20.00.00147142-2	PISO, porcelanato polido, tipo A, PEI 5, dimensoes, 60 x 60 cm, na cor bege.	m²	100	30 dias
	4	56.20.00.00185754-1	PISO, porcelanato, polido, tipo A, dimensao 84x84, na cor banco cotton, V1, espessura 9 mm.	m²	100	30 dias

Participação exclusiva	5	56.20.00.00165429-2	BLOCO, de ceramica, 08 furos, dimensoes 18 x 18 x 8 cm.	Und	3000	30 dias
	6	80.10.00.00195234-0	TINTA, acrilica, a base de agua,cor branco gelo.	lata	8	30 dias
	7	80.10.00.00195248-0	TINTA, acrilica, a base de solvente, para demarcacao de piso, na cor vermelho seguranca.	lata	8	30 dias
	8	56.70.00.00183356-1	COLUNA armada com vergalhao 5/16, amarrada estribo 7 x 27, peça com 6m.	Und	20	30 dias
	9	54.40.00.00111218-0	ANDAIME 1m x 1m.	Und	24	30 dias
	10	72.90.20.00015380-0	ESCADA, extensivel 3,60 x 6,00m.	Und	3	30 dias
	11	72.90.00.00145991-0	ESCADA de aluminio multiuso articulada.	Und	2	30 dias
	12	72.90.00.00041097-7	ESCADA, aluminio, dupla abertura em A.	Und	3	30 dias
	13	47.10.00.00191130-9	TUBO PVC, dimensoes 100 mm x 6 m.	unid	20	30 dias
	14	47.10.00.00142771-7	TUBO PVC, dimensoes 75 mm x 6 m.	Und	20	30 dias
	15	47.10.00.00191132-5	TUBO PVC, dimensoes 20 mm x 6 m.	Und	50	30 dias
	16	56.80.00.00174453-4	BETONEIRA, eletrica, 250 litros.	Und	1	30 dias

1.1.2 As especificações do objeto constam:

( ) do anexo integrante deste Termo de Referência conforme ETP.

(x) Na tabela abaixo:

Lote/ Item	Código SIMPAS	Descrição Básica	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo
1	56.40.00.00191128	PLACA, de gesso, dimensoes de 60 cm x 60 cm, com tolerancia de ate -2%. ROTULAGEM: Devera conter de forma legivel e indelevel, em lingua portuguesa (Brasil), diretamente sobre a embalagem em que o produto esta acondicionado as informacoes: nome/CNPJ do fabricante; marca; dimensao. O produto devera atender a(s) seguintes legislacoes vigentes: Portaria INMETRO -Que Regulamento Tecnico Metrologico consolidado sobre o controle metrologico de mercadorias pre-embaladas, comercializadas em unidades de comprimento e em numero de unidades, com conteudo nominal igual.	m²	200
2	56.40.00.00182143-1	PLACA de drywall standart 1,20x1,80 m 12,5 mm, branca ou cinza, indicada para uso geral em areas secas. Empregada em forros e paredes, e recomendada para salas, escritorios, e outros ambientes que precisem de divisao ou isolamento termoacustico do sistema drywall.	m²	40
3	56.20.00.00194042-2	PISO, porcelanato polido, tipo A, PEI 5, dimensoes, 60 x 60 cm, na cor bege.	m²	100
4	56.20.00.00185750-1	PISO, porcelanato, polido, tipo A, dimensao 84x84, na cor banco cotton, V1, espessura 9 mm.	m²	100
5	56.20.00.00165429-2	BLOCO, de ceramica, 08 furos, dimensoes 18 x 18 x 8 cm, podendo variar +/- 15%, em conformidade com NBR vigentes	Und	3000
6	80.10.00.00195234-0	TINTA, acrilica, a base de agua,cor branco gelo, acabamento semi brilho, com antimofo, sem cheiro, area externa/interna. EMBALAGEM: Lata com 18 litros. No ato da entrega, o produto deverá apresentar um prazo de validade restante igual ou superior a 06 (seis) meses, com base na data de validade impressa na embalagem. Não serão aceitos produtos cujo prazo restante para o vencimento seja inferior a este período. ROTULAGEM: Devera conter de forma legivel e indelevel,em lingua portuguesa (Brasil), as informacoes: Nome/CNPJ do fabricante, marca, endereco, composiçao, data de fabricacao ou lote, prazo ou data de validade, bem como os riscos que apresentam a saude e seguranca dos consumidores. O produto devera atender a(s) seguintes legislacoes vigentes: Portaria INMETRO - Que estabelece a classificacao e os requisitos dos tipos de produtos empregados nas pinturas de edificacoes nao industriais.	lata	8
7	80.10.00.00195248-0	TINTA, acrilica, a base de solvente, para demarcacao de piso, na cor vermelho seguranca. EMBALAGEM: Lata com 18 litros. No ato da entrega, o produto deverá apresentar um prazo de validade restante igual ou superior a 06 (seis) meses, com base na data de validade impressa na embalagem. Não serão aceitos produtos cujo prazo restante para o vencimento seja inferior a este período. ROTULAGEM: Devera conter de forma legivel e indelevel,em lingua portuguesa (Brasil), as informacoes: Nome/CNPJ do fabricante, marca, endereco, composiçao, data de fabricacao ou lote, prazo ou data de validade, bem como os riscos que apresentam a saude e seguranca dos consumidores. O produto devera atender a(s) seguintes legislacoes vigentes: Portaria INMETRO - Que estabelece a classificacao e os requisitos dos tipos de produtos empregados nas pinturas de edificacoes nao industriais.	lata	8
8	56.70.00.00163151-1	CINTA armada com vergalhao 5/16, amarrada estribo 7 x 27, peça com 6m.	Und	20
9	54.40.00.00111216-0	ANDAIME, modular, em estrutura tubular metalica galvanizada, com 1m de altura, formado por quatro paineis montados, com encaixe macho-femea, tubos tipo montante com diametro de 1 1/4 polegadas, com diagonais de travamento, modulacao de dimensoes 1000 x 1000mm, barra de ligacao tipo guarda-corpo, base com rodízio emborrachados e com mecanismo de trava de seguranca.	Und	24
10	72.90.20.00015840-0	ESCADA, extensivel com longarinas em fibra de vidro e degraus em aluminio,3,60 x 6,00m. Carga de trabalho: 110 kg.	Und	3

11	72.90.00.00145991-0	ESCADA de aluminio multiuso articulada, feita em aluminio com dobradiças em aco, suporta o minimo de 150kg, possui pes emborrachados e travamento automatico, degraus com material aderente, possui 4 partes de 4 degraus cada, altura minima de alcance de 422 cm quando totalmente estendida, garantia de no minimo 1 ano e embalagem com manual de instrucoes, dados do fabricante e do produto.	Und	2
12	72.90.00.00041097-7	ESCADA, aluminio, dupla abertura em A, com 7 degraus antiderrapantes, sapata de borracha antiderrpante.	Und	3
13	47.10.00.00191130-9	TUBO, uso rede hidraulica, em PVC, dimensoes 100 mm x 6 m, soldavel, para esgoto. O corpo do produto deve trazer gravado: a marca ou identificacao do fabricante, PVC, diametro nominal, os dizeres ESGOTO SN ou ESGOTO SR, codigo de rastreabilidade, o numero da norma ABNT NBR 5688. ROTULAGEM: Devera conter de forma legivel e indelevel,em lingua portuguesa (Brasil), as informacoes: nome/CNPJ do fabricante; marca; composicao. O produto devera atender a(s) seguintes legislacoes vigentes: Norma ABNT NBR - Que estabelece os requisitos para os tubos e conexoes de PVC-U -serie normal, com juntas soldaveis ou soldaveis/elasticas, a serem empregados em sistemas prediais de esgoto sanitario e ventilacao, que funcionam pela acao da gravidade, com vazao livre e classe de temperatura CT 45 °C.	unid	20
14	47.10.00.00142771-7	TUBO, uso rede hidraulica, em PVC, dimensoes 75 mm x 6 m, soldavel, para esgoto, de acordo com a NBR vigentes	Und	20
15	47.10.00.00191132-5	TUBO, uso rede hidraulica, em PVC, dimensoes 20 mm x 6 m, soldavel, para agua fria. O corpo do produto deve trazer gravado: a marca ou identificacao do fabricante,PVC-U, diametro externo, os dizeres AGUA FRIA, codigo de rastreabilidade, o numero da norma ABNT NBR 5648. ROTULAGEM: Devera conter de forma legivel e indelevel,em lingua portuguesa (Brasil), as informacoes: nome/CNPJ do fabricante; marca; composicao. O produto devera atender a(s) seguintes legislacoes vigentes: Norma ABNT NBR - especifica os requisitos e metodos de ensaios para tubos e conexoes de PVC-U com juntas soldaveis, a serem utilizados na execucao de sistemas prediais de agua fria, com pressao nominal de 750 kPa, incluindo a sobrepressao maxima de 250 kPa.	Und	50
16	56.80.00.00122453-4	BETONEIRA, eletrica, 250 litros, motor trifasico, 1CV, IV polos, tensao 220/380V, com capacidade de mistura minima 170 litros, producaohoraria minima 3,0m³/h, rotacao do tambor minima 28rpm, com rodas para transporte. Conforme normas: NBR 10342.	Und	1

1.1.2.1 As características do objeto da contratação devem ser comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet impressas.

1.1.2.1.1 As descrições e/ou materiais informativos utilizados nas especificações dos produtos cotados, que estejam vertidos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português, ressalvados os termos técnicos cuja compreensão seja usual.

1.1.2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei Federal 14.133/2021 e sua regulamentação.

1.2 O prazo de vigência do Contrato é de 30 (trinta) dias, a **contar da data** da ( ) **assinatura do Contrato** (x) **subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM** ( ) **subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS**, nos termos do artigo 108 da Lei Federal n° 14.133/2021.

1.3 O Contrato apresenta maior detalhamento das regras que serão aplicadas ao prazo de vigência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação, da caracterização do objeto e de seus quantitativos está especificada:

( ) em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar
(x) na descrição a seguir:

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades de manutenção, reforma, recuperação, adequação e conservação das instalações físicas do 17º Batalhão de Bombeiros Militar, proporcionando condições adequadas de funcionamento dos ambientes administrativos, operacionais, de apoio e de convivência, bem como preservar a segurança, a funcionalidade e a vida útil das edificações e estruturas existentes.

A necessidade decorre do uso contínuo das instalações, resultando em desgastes dos elementos construtivos, hidráulicos e de acabamento, bem como dos custos oriundos da contratação, por meio de locação de

determinados equipamentos necessários à realização dos serviços de reforma e readequação dos espaços.

Os materiais previstos, tais como placas de gesso e drywall, pisos cerâmicos e porcelanatos, blocos cerâmicos, tintas, tubos e componentes para redes hidráulicas, possibilitarão a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva e pequenas reformas e readequações, evitando a deterioração progressiva das instalações e a necessidade de intervenções de maior vulto decorrentes da ausência de manutenção tempestiva.

A aquisição também contempla equipamentos e ferramentas de apoio à execução dos serviços, a exemplo de andaimes, plataformas, escadas e betoneira. A disponibilização desses equipamentos no patrimônio da Unidade, somado ao serviço voluntário de integrantes desta Unidade que apresentam pendor com as atividades de reforma, permitirá maior autonomia para a realização de serviços rotineiros de manutenção, especialmente aqueles executados periodicamente ao longo dos exercícios. Nesse sentido, a aquisição mostra-se economicamente vantajosa no médio e longo prazo, considerando que equipamentos como andaimes e betoneira possuem possibilidade de utilização reiterada em diferentes intervenções, reduzindo a necessidade de contratação de locações para cada serviço e, consequentemente, os custos recorrentes associados à utilização desses equipamentos.

Além da redução potencial de despesas com locações, a disponibilidade permanente desses equipamentos contribui para maior celeridade no atendimento das demandas de manutenção, uma vez que a execução dos serviços não ficará condicionada à disponibilidade de equipamentos junto a terceiros, aos prazos de contratação e às condições de mercado para locação. Os equipamentos poderão ser empregados em diferentes serviços ao longo de sua vida útil, caracterizando investimento em infraestrutura de apoio à manutenção da Unidade.

A aquisição de escadas e equipamentos para trabalho em altura, por sua vez, possibilitará a execução de serviços de manutenção em pontos elevados das edificações, enquanto os materiais hidráulicos, elétricos/construtivos, de acabamento e de cobertura permitirão intervenções pontuais e programadas, reduzindo a dependência de soluções emergenciais.

Ressalta-se que a contratação busca proporcionar melhor planejamento e racionalização das ações de manutenção, permitindo a formação de estoque mínimo de materiais de uso recorrente e a disponibilidade de equipamentos permanentes, de modo a atender às demandas ordinárias e previsíveis da Unidade durante o período de utilização dos materiais e equipamentos, observando-se as quantidades estimadas e a efetiva necessidade administrativa.

Dessa forma, a contratação pretende assegurar a continuidade e a adequada manutenção da infraestrutura física do 17º BBM, contribuindo para a conservação do patrimônio público, a melhoria das condições de trabalho e funcionamento dos ambientes, a segurança dos usuários e a continuidade das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pela Unidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo está especificada:

( ) em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar
(x) na descrição a seguir:

A solução consiste na aquisição de materiais de construção e equipamentos de apoio destinados à manutenção e reforma das instalações físicas do 17º Batalhão de Bombeiros Militar, com posterior utilização dos materiais e equipamentos na execução dos serviços pela própria Unidade, conforme a natureza e a necessidade de cada intervenção.

A solução contempla o fornecimento de materiais compatíveis com as características das edificações e com os serviços previstos, incluindo, entre outros, placas de gesso e drywall, pisos cerâmicos e porcelanatos, blocos cerâmicos, tintas, materiais hidráulicos e demais materiais de construção e acabamento necessários à manutenção e readequação dos ambientes.

Também integram a solução equipamentos e ferramentas de apoio à execução dos serviços, tais como andaimes, plataformas, escadas e betoneira, destinados a permanecer no patrimônio da Unidade e ser utilizados de forma reiterada em diferentes intervenções ao longo de sua vida útil. A disponibilidade desses equipamentos permitirá maior autonomia e celeridade na execução de serviços de manutenção, reduzindo a necessidade de locações recorrentes e a dependência de disponibilidade de equipamentos junto a terceiros.

Considerando o ciclo de vida dos materiais e equipamentos, deverão ser observados, no momento da aquisição, requisitos relacionados à qualidade, resistência, durabilidade, compatibilidade, segurança, condições de utilização e adequação às finalidades previstas, buscando assegurar desempenho satisfatório, reduzir desperdícios e evitar substituições ou aquisições prematuras.

Durante sua utilização, os materiais serão empregados nas intervenções de manutenção, reforma e adequação das instalações, enquanto os equipamentos permanentes deverão receber armazenamento, conservação e manutenção compatíveis com suas características, de modo a prolongar sua vida útil e possibilitar sua reutilização em diferentes serviços.

Ao final da vida útil dos materiais, equipamentos ou componentes substituídos, deverão ser adotadas medidas de descarte, reaproveitamento ou destinação ambientalmente adequada, conforme a natureza do resíduo e a legislação aplicável.

Dessa forma, a solução contempla todo o ciclo de vida do objeto, desde a aquisição e aplicação dos materiais até a utilização, conservação, reutilização e destinação final dos itens, buscando assegurar a continuidade da manutenção da infraestrutura física do 17º BBM, a preservação do patrimônio público, a segurança dos usuários e a racionalização dos recursos empregados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade:

4.1.1 Devem ser atendidos os seguintes critérios de sustentabilidade, conforme justificativa apresentada abaixo:

Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, declara-se que, no planejamento da presente contratação, foram analisados os aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental aplicáveis ao objeto.

Considerando que a contratação tem por finalidade a aquisição de materiais de construção e equipamentos de apoio destinados à manutenção, reforma, recuperação, adequação e conservação das instalações físicas do 17º Batalhão de Bombeiros Militar, deverão ser observados, sempre que aplicáveis, critérios relacionados à qualidade, durabilidade, vida útil, eficiência no uso dos recursos, redução de desperdícios e destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

Nesse sentido, deverão ser priorizados materiais que apresentem características adequadas de resistência, durabilidade e desempenho, de modo a reduzir a necessidade de substituições prematuras, o consumo desnecessário de matérias-primas e a geração de resíduos decorrentes de intervenções recorrentes.

A aquisição de equipamentos permanentes de apoio, como andaimes, escadas e betoneira, também contribui para a racionalização dos recursos públicos, uma vez que possibilita sua utilização reiterada em diferentes serviços ao longo de sua vida útil, reduzindo a necessidade de locações sucessivas e o consequente consumo de recursos associado à contratação recorrente desses equipamentos.

Deverão ser observadas, ainda, boas práticas de acondicionamento, transporte, armazenamento e utilização dos materiais, buscando evitar avarias, perdas e desperdícios. Sempre que tecnicamente possível, os materiais remanescentes e equipamentos deverão ser reaproveitados em outras intervenções da Unidade.

Os resíduos provenientes dos serviços de manutenção, reforma e readequação, incluindo materiais substituídos, embalagens e demais resíduos da construção civil, deverão receber segregação, acondicionamento, reaproveitamento ou destinação ambientalmente adequada, conforme sua natureza e em observância à legislação aplicável.

Dessa forma, a contratação incorpora critérios de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto, especialmente aqueles relacionados à durabilidade dos materiais e equipamentos, racionalização do uso de recursos, redução de desperdícios, reutilização dos bens permanentes e destinação adequada dos resíduos, sem estabelecer exigências desproporcionais capazes de restringir indevidamente a competitividade do certame.

4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 A Administração **não** indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s).

4.3 Exame de adequação do objeto (amostras, avaliação de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta)

4.3.1 Não será exigido(a) exame de adequação do objeto.

4.4 Vistoria

4.4.1 Não será exigida a realização de vistoria prévia.

4.5 Subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Garantia

4.6.1 Garantia de proposta

4.6.1.1 Não haverá exigência da garantia de proposta de que trata o art. 58 da Lei Federal n° 14.133/2021.

4.6.2 Garantia da contratação

4.6.2.1 Não haverá exigência da garantia da contratação, pelas razões constantes no processo administrativo de que trata este Termo de Referência, **doc. SEI** 00150879466 (art. 96, *caput*, da Lei Federal n° 14.133/2021).

4.7 Participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio

(x) Sim

( ) Não, conforme justificativa constante do processo administrativo de que trata este Termo de Referência, **doc. SEI** _____ (art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.8 Exigência de carta de solidariedade

4.8.1 Não será exigida carta de solidariedade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Forma de fornecimento

5.1.1 O prazo de fornecimento dos bens, em entrega, é de 30 (trinta) dias, a contar:

( ) da assinatura do Contrato

(x) da subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM

5.2 Local da entrega

5.2.1 As especificações do endereço para entrega do objeto constam:

( ) do anexo integrante deste Termo de Referência

(x) da descrição abaixo:

Local de entrega: 17º Batalhão de Bombeiros Militar, localizado na Rua Capitão Manoel Miranda, s/n - Centro, Barreiras – BA.
Horário: das 08h00 às 18h00.

5.3 Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3.1 O prazo legal de garantia técnica será de **30 (trinta) dias**, tratando-se de fornecimento de produtos não duráveis, e de **90 (noventa) dias**, tratando-se de fornecimento de produtos duráveis (art. 26, incs. I e II, do CDC), contado a partir da entrega efetiva do produto.

5.4 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4.1 As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam neste Termo de Referência.

5.4.2 O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.4.2.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado aos licitantes ampliá-lo.

5.4.3 O licitante deverá anexar junto à sua proposta declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo integrante deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e da Lei Estadual n° 14.634/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, *caput*, da Lei Federal n° 14.133/2021).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

6.2.1 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 O acompanhamento da execução do Contrato compreenderá as atividades de gestão e fiscalização na forma dos arts. 15 a 23 do Decreto nº 22.885/2024, observando-se, ainda, o disposto nos arts. 7º e 17 do Decreto nº 23.059/2024.

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.

6.5.2 O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, **por até 5 (cinco) dias úteis**, a critério do Contratante.

6.5.3 Não havendo regularização ou não sendo aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.6 Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para alinhamento da execução do Contrato e demais procedimentos de gestão do ajuste.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1 RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1.1 Recebimento provisório

7.1.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.1.2 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119 da Lei Federal n° 14.133/2021).

7.1.1.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído ou corrigido no prazo de 10 **(dez) dias**, a contar da intimação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (art. 140, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.1.1.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do Contrato deverá(ão) emitir relatório sobre o efetivo cumprimento das obrigações da contratada e, se for o caso, analisar o desempenho na execução do Contrato nos termos do art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com os indicadores que deverão integrar este Termo de Referência como anexo, encaminhando-o ao gestor do Contrato.

7.1.1.4.1 A análise do desempenho na execução do Contrato de que trata o art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

7.1.1.5 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

7.1.1.6 O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.1.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

7.1.2 Recebimento definitivo

7.1.2.1 O recebimento **definitivo** ocorrerá no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, inciso II, “b” da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

7.1.2.1.1 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.2.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

7.1.2.2.1 Para fins do subitem anterior, o valor da parcela incontroversa deverá ser comunicada à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

7.1.2.3 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por até **5 (cinco) dias úteis**, adotará, na forma deste subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

7.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela contratada possui(em) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do Contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do Contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante;

7.4.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste Termo de Referência.

7.3 PAGAMENTO

7.3.1 Prazo para pagamento

7.3.1.1 O pagamento será efetuado no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

7.3.1.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M), *pro rata tempore*.

7.3.2 Forma de pagamento

7.3.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da contratada aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia.

7.3.2.1.1 Optando a contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

7.3.2.2 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, inclusive os destaques necessários às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

7.3.2.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver incidência tributária.

7.3.2.4 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA PROPOSTA E EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor do bem, obra ou serviço será selecionado por meio de processo de:

(x) Contratação direta

( ) Licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento

( ) menor preço

( ) maior desconto

( ) Licitação, na modalidade concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento

( ) menor preço

( ) maior desconto

( ) melhor técnica ou conteúdo artístico, conforme anexo

( ) técnica e preço, conforme anexo

8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1 **Habilitação jurídica**

8.2.1.1.1 Para **Pessoas Jurídicas**:

a) empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis;

b) microempreendedor individual – MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.

d) sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.

e) empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, observando-se a Instrução Normativa DREI/ME nº 77,

de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir.

f) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.1.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2 **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes (x) Estadual/Distrital ( ) Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade com a Fazenda (x) Estadual/Distrital (x) Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei;

c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

e) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g) em se tratando de contratação direta, prova de regularidade com a Fazenda do Estado da Bahia, ou o compromisso de sua regularização e sua efetiva realização, como condição para celebração do Contrato, nos termos do art. 65 da Lei estadual n° 14.634/2023.

8.2.1.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n° 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.1.3 Habilitação Econômico-Financeira

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação ou da contratação direta, caso o documento não consigne prazo de validade;

b) índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

b.1) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

b.1.1) Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.

b.2) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b.3) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.4) O licitante apresentará o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício mediante, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação ou na Central de Balanços dentro do ambiente Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas

sequencialmente onde eles foram transcritos, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial, emissão extraída do SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação.

b.5) O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante (art. 69, §1°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

8.2.1.3.1 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

8.2.1.3.2 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais;

8.2.1.4 Qualificação Técnica

a) comprovação de capacitação **técnico-operacional,** mediante apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de objeto similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. II, §§1º e 2º, da Lei Federal n° 14.133/2021);

b1) na hipótese de atividade não regulada por conselho profissional, a capacitação **técnico-operacional** referida neste item poderá ser demonstrada por certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência.

b2) Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do objeto cuja subcontratação tenha sido expressamente autorizada neste Termo de Referência, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado (art. 67, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b) declaração no sistema eletrônico da licitação de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e, quando exigido, das condições locais, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação ou da contratação direta (art. 67, inc. VI, da Lei Federal n° 14.133/2021).

f.1) Na hipótese de exigência de realização de vistoria prévia do local da execução, caso o licitante opte por não realiza-la, além da declaração de que trata essa alínea “f”, deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência.

8.2.1.4.2 Na hipótese de licitação por lotes, será observado o disposto a seguir:

8.2.1.4.2.1 A demonstração da qualificação técnica deverá ser feita em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que o licitante tenha apresentado as melhores ofertas.

8.2.1.4.2.2 Quando for atingido o limite da capacidade técnica do licitante, este será declarado inabilitado para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

8.2.1.4.3 No caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica (art. 67, §10, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.2.1.4.3.1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

8.2.1.4.3.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

8.2.1.4.3.3 Na hipótese deste subitem 8.2.1.4.3, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

8.3 Disposições gerais

8.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.3.2 Regras acerca da participação de matriz e filial:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

b) se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;

c) a comprovação de capacidade operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou da contratação direta poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;

d) se o licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação e qualificação da matriz e desejar executar o Contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do Contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

8.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste Termo de Referência.

8.3.3.1 Caso conste do registro algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.

8.3.3.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.

8.3.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado–CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

8.3.4 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas em consórcio, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de **R$ 46.264,03 (Quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e quatro reais e três centavos)**, conforme planilha de quantitativos e preços unitários e global (x) abaixo ( ) em anexo, os quais correspondem **ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global**.

Lote/Item	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	Preço Unitário	Preço Global
1	56.40.00.00191122-8	PLACA, de gesso 60x60	m²	200	R$ 12,27	R$ 2.454,00
2	56.40.00.00182143-1	PLACA de drywall standart 1,20x1,80 m 12,5 mm, branca ou cinza.	m²	40	R$ 31,98	R$ 1.279,20
3	56.20.00.00147142-2	PISO, porcelanato polido, tipo A, PEI 5, dimensoes, 60 x 60 cm, na cor bege.	m²	100	R$ 50,17	R$ 5.017,00
4	56.20.00.00185754-1	PISO, porcelanato, polido, tipo A, dimensao 84x84, na cor banco cotton, V1, espessura 9 mm.	m²	100	R$ 65,39	R$ 6.539,00
5	56.20.00.00165429-2	BLOCO, de ceramica, 08 furos, dimensoes 18 x 18 x 8 cm.	Und	3000	R$ 1,05	R$ 3.150,00
6	80.10.00.00195234-0	TINTA, acrilica, a base de agua,cor branco gelo.	lata	8	R$ 426,23	R$ 3.409,84
7	80.10.00.00195248-0	TINTA, acrilica, a base de solvente, para demarcacao de piso, na cor vermelho seguranca.	lata	8	R$ 506,33	R$ 4.050,64
8	56.70.00.00183356-1	COLUNA armada com vergalhao 5/16, amarrada estribo 7 x 27, peça com 6m.	Und	20	R$ 104,00	R$ 2.080,00
9	54.40.00.00111218-0	ANDAIME 1m x 1m.	Und	24	R$ 287,99	R$ 6.911,76
10	72.90.20.00015380-0	ESCADA, extensivel 3,60 x 6,00m.	Und	3	R$ 935,78	R$ 2.807,34
11	72.90.00.00145991-0	ESCADA de aluminio multiuso articulada.	Und	2	R$ 435,79	R$ 871,58
12	72.90.00.00041097-7	ESCADA, aluminio, dupla abertura em A.	Und	3	R$ 256,57	R$ 769,71
13	47.10.00.00191130-9	TUBO PVC, dimensoes 100 mm x 6 m.	unid	20	R$ 61,96	R$ 1.239,20

14	47.10.00.00142771-7	TUBO PVC, dimensoes 75 mm x 6 m.	Und	20	R$ 57,78	R$ 1.155,60
15	47.10.00.00191132-5	TUBO PVC, dimensoes 20 mm x 6 m.	Und	50	R$ 14,27	R$ 713,50
16	56.80.00.00174453-4	BETONEIRA, eletrica, 250 litros.	Und	1	R$ 3.815,66	R$ 3.815,66
VALOR TOTAL						**R$ 46.264,03**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas para o pagamento da presente contratação correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	

10.1.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 O prazo para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente será de 10 (dez) dias úteis, observado o disposto no art. 90 da Lei Federal n° 14.133/2021.

11.1.1 O prazo de que trata o subitem 11.1 poderá ser prorrogado uma vez, por, no máximo, idêntico período, mediante solicitação do Adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.2 A assinatura do Contrato se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, caso em que o licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônico www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br ou através do link disponibilizado no endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br.

12. ANEXOS E MODELOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 Vinculam-se a este Termo de Referência, independentemente de transcrição (art. 92, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021):

a) Modelo de descrição da proposta de preço e de declaração de elaboração independente de proposta;

b) Modelo de prova de capacidade operacional;

c) Modelo de declaração de indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Barreiras/BA, na data em que se assina.

ARTHUR RUAN DE SOUZA BARBOSA – Sd BM
Mat. 92128554
Aux SSAC

ANEXO

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO DIRETA (VISTORIA PRÉVIA)

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número

( ) DECLARAÇÃO FIRMADA PELO PRÓPRIO LICITANTE DE CONHECIMENTO PRÉVIO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos, para os fins do §§2° e 3º do art. 63 da Lei Federal n° 14.133/2021, termos conhecimento do local e das condições para a realização do serviço objeto da licitação.

Salvador _____de _____ de 20__.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

( ) DECLARAÇÃO DE VISTORIA EXPEDIDA PELA ADMINISTRAÇÃO

Atesto que o preposto da _____ [indicar nome da Pessoa Jurídica licitante], CNPJ nº_____, Sr.(a) _____, CPF nº _____, interessado em participar da licitação, na modalidade _____, nº _____, vistoriou _____ (indicar a Unidade Administrativa vistoriada) e tomou ciência do estado das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto licitado.

Salvador _____de _____ de 20__.

_____

(assinatura, identificação do servidor público e respectivo cadastro)

( ) DECLARAÇÃO FIRMADA PELO PRÓPRIO LICITANTE DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, optamos por dispensar a vistoria e declaramos, para os fins do §2° do art. 63 da Lei Federal n° 14.133/2021, termos conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação objeto da licitação.

Salvador _____de _____ de 20__.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO **MODELO DE PROVA DE CAPACIDADE OPERACIONAL**

INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, DO APARELHAMENTO E DO PESSOAL TÉCNICO

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE

Pessoal Técnico	Qualificação

Declaro, em observância ao art. 67, inc. III, da Lei Federa nº 14.133/2021, para fins de prova de qualificação técnica, que disporei do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados, conforme relação abaixo, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, estando ciente de que a declaração falsa caracteriza a infração prevista no art. 155, inc. VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Instalações, Aparelhamento (Máquinas/Equipamentos)	Quantidade

Salvador _____de _____ de 20___.

_____

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO

MODELO DE DESCRIÇÃO DE PROPOSTA E DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Modalidade de Licitação	Número

LOTE /ITEM	**DESCRIÇÃO**			
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (MENSAL)				R$
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (GLOBAL)				R$
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA				( ) DIAS **[≥60]**

[Identificação completa do representante do licitante], como representante devidamente constituído de **[Identificação completa do licitante],** doravante denominado LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

(f) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1° do art. 63 da Lei n° 14.133/2021; e

(g) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Salvador, _____de _____ de 20__.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO **MODELO DE PROVA DE CAPACIDADE OPERACIONAL**

COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número

Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório/contratação direta, que a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, prestou serviço de xxxxxxxxxxxxxxx, atendendo integralmente as especificações contratadas, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam a prestação.

Especificação	**Quantitativo**	**Prazo de execução**

Salvador _____de _____ de 20___.

_____

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

Documento assinado eletronicamente por **Arthur Ruan de Souza Barbosa**, **Soldado de 1A. Classe**, em 08/10/2026, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

Documento assinado eletronicamente por **Reijane Dantas dos Santos Martins**, **Tenente Coronel**, em 08/10/2026, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00150879446** e o código CRC **9D23C61E**.

Referência: Processo nº 089.7539.2026.0044660-98 SEI nº 00150879446